



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

SOCIEDADE CIVIL MEDIATIZADA: UM ESTUDO SOBRE A ROBÔ FEMINSTA BETA

MEDIATIZED CIVIL SOCIETY: A STUDY ON THE FEMINIST CHATBOT BETA

Allan Santos¹
Mariah Guedes²

Resumo: O trabalho analisa como a mediação das práticas políticas, ao mesmo tempo que engendra formas de conservação do capitalismo financeiro, estimula o engajamento da sociedade civil no exercício da cidadania. Deslocando a teoria política gramsciana para o ecossistema existencial que Sodrê define como “mediação generalizada” ou *bios virtual*, e compreendendo as disputas pelos direitos femininos como formas de “reivindicação do comum”, pesquisamos pela existência de ferramentas digitais que possibilitem a atuação de movimentos sociais na construção de políticas públicas para mulheres. Neste contexto, mapeamos o funcionamento da *chatbot* Beta, questionando – se e em que medida – este mecanismo de mobilização *online* estaria criando oportunidades e proporcionando maior visibilidade à luta feminista.

Palavras-chave: Mediação. Políticas Públicas para Mulheres. *Chatbot* Beta.

Abstract: The paper analyzes how the mediation of the political practices, while generating forms of conservation of the financial capitalism, stimulates the engagement of civil society in the exercise of citizenship. Shifting the gramscian political theory to the existential ecosystem that Sodrê defines as "generalized mediation" or *virtual bios*, and understanding the disputes over the feminist's rights as forms of "claim of the common", we search for the existence of digital tools that allow the participation of

¹ Mestrando da ECO-UFRJ, pesquisa em que medida a mediação das emoções tem afetado os comportamentos políticos, propondo essa dimensão do humano como um modo de inteligibilidade para a compreensão do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. E-mail: allansantos29ny@gmail.com

² Mestranda da ECO-UFRJ, pesquisa as alterações na representação das mulheres em campanhas publicitárias de empoderamento feminino, a partir da interação via redes sociais entre empresas, marcas e integrantes de coletivos feministas ciberativistas. E-mail: mariah.guedes@gmail.com



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

social movements in the construction of public policies for women. In this context, we map the functioning of the chatbot Beta, questioning – if and to what extent – this online mobilization mechanism would be creating opportunities and providing greater visibility to the feminist struggle.

Keywords: Mediatization. Public Policies for Women. Chatbot Beta.

Introdução

Estaria a mediação das práticas políticas redefinindo a noção de cidadania a partir da redução da mobilização das energias coletivas da sociedade civil ou seria possível concebemos uma dimensão humana para este fenômeno? Segundo Martino (2017), escrever sobre mediação é um desafio dos mais ousados devido à polissemia do conceito que, reforçada pelos inúmeros usos contemporâneos, desafia qualquer interpretação imediatista ou redutora. Além disso, a “sua abertura epistemológica parece assumir contornos de tal maneira que sua operacionalização metodológica chega ao ponto de se diluir” (MARTINO, 2017, p. 8), tornando intelectualmente complexo compreender determinados fatos a partir desta perspectiva teórica. Partindo desta problemática, propomos uma reflexão sobre a mediação para além de uma visão puramente midiocêntrica, buscando a operacionalização do conceito em situações cotidianas que, ao considerarem o ser ao longo de seus processos, possibilitam novas formas de reivindicação do comum humano.

Dividimos o artigo em três partes. Em um primeiro momento, deslocamos o conceito gramsciano de “sociedade civil” para o ecossistema existencial contemporâneo que Sodré (2002, 2014) define como “mediação generalizada” ou *bios virtual*. Em seguida, a partir de referências brasileiras nos estudos da Mediação, analisamos algumas das diferentes vertentes e sentidos assumidos pelo conceito. O nosso objetivo é compreender “a mediação em toda a sua pluralidade desafiadora, não como um conceito acabado” (MARTINO, 2017, p. 9). Em seguida, problematizamos a noção de cidadania em um cenário de mediação da política.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Na segunda parte do trabalho, a partir da perspectiva da comunicação como organização do comum (SODRÉ, 2002; 2014), compreendemos as disputas por políticas públicas para mulheres como formas de reivindicação do comum humano. Observamos que, em um contexto de mediação das práticas políticas, o acompanhamento de pautas de interesse público passa a ser feito também pelo ambiente digital, podendo expandir o acesso aos dados e ampliar o conhecimento das temáticas negociadas pelos agentes públicos.

Finalmente, pesquisamos por exemplos de mecanismos digitais que possibilitem a atuação dos movimentos feministas na disputa pelos direitos das mulheres em um contexto de mediação das relações sociais. Neste sentido, observamos que, entre as formas de se engajar em relacionamentos via redes sociais, começam a se destacar as ferramentas denominadas “*chatbots*”, ou seja, robôs de conversação virtual (“interfaces conversacionais”) que simulam interações humanas, inclusive em suas práticas de atuação cidadã – como por meio do acompanhamento de políticas públicas pelos direitos das mulheres.

É neste contexto que mapeamos o processo de funcionamento da robô feminista Beta³ (Figura 1) – sua concepção, desenvolvimento e monitoramento de projetos em trâmite no Congresso Nacional do Brasil e demais ambientes –, problematizando se e em que medida esta ferramenta de mobilização *online* estaria criando oportunidades de ação e proporcionando maior visibilidade à luta feminista no cenário brasileiro contemporâneo. De que forma suas funcionalidades estariam agindo no cenário social de um movimento feminista brasileiro de quarta onda e se configurando como práticas de novas sociabilidades ciberativistas?

³ Mais informações sobre a Robô Feminista Beta podem ser encontradas no site institucional: <https://www.beta.org.br/> ou na página do Facebook: <https://www.facebook.com/beta.feminista/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais



Figura 1: Primeira postagem da Beta – **Fonte:** Página da Beta no Facebook
Figure 1: Beta's first post – **Source:** Beta's page on Facebook

Sociedade Civil Mdiatizada

Segundo Coutinho (1989), o conceito de “sociedade civil” é um elemento essencial na determinação da especificidade da teoria política gramsciana, sendo ela entendida como um conjunto de organismos de participação política para a produção do consenso. Compreendemos que Gramsci (1891-1937) concebeu uma “teoria ampliada do Estado” em função da intensificação dos processos de sociabilização da participação política, sobretudo nos países capitalistas ocidentais no fim do século XIX. De acordo com este pensamento, o poder político é também expresso através da articulação dos “aparelhos privados de hegemonia” dotados de funções relativamente autônomas e específicas tanto em relação ao mundo econômico quanto dos “aparelhos repressivos do Estado”. Nas palavras do filósofo italiano:

(...) Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (*Cartas*, vol. 2, p. 84 In COUTINHO, 2011, p. 267).



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

A necessidade de conquistar o consenso como base para a dominação criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadoras materiais específicas (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. É esta independência material que funda ontologicamente a sociedade civil gramsciana como uma esfera de mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (COUTINHO, 1989, p. 77-78). Ou seja, para se inscrever na ordem social, a mediação precisa de bases materiais que se consubstanciam em instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade.

Entretanto, em um contexto de mutações qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia eletrônica com a vida humana e do funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia, o conceito de mediação – de origem hegeliana, introduzido nas análises culturalistas da mídia por críticos ingleses, conforme Raymond Williams, e apropriada como categoria analítica privilegiada da sociologia da cultura por pesquisadores latino-americanos, como Jesús Martín-Barbero e Orozco Gómez – tende a perder espaço para outras proposições teóricas. Segundo Sodr  (2014, p. 110), telefones celulares, *laptops* e outros dispositivos de conexão com a *internet* não apenas mudaram o panorama do consumo de mídia como também criaram tecnologias próprias de mediação. Até no nível das políticas públicas, a mediação da sociedade civil entre o Estado e os diferentes grupos sociais passa a ser gradativamente delegada às regulações técnicas e empresariais trazidas pelos dispositivos digitais.

A cidadania midiaticizada resultaria, assim, da falência da mediação política entre o cidadão e o Estado. Resultaria da ausência efetiva de partidos, de ideais e paixões, pondo a empresa capitalista no lugar da última aventura humana possível (GABBAY; PAIVA, 2017, p. 11).

Deslocando a perspectiva gramsciana para a contemporaneidade de redes sociotécnicas, observamos que as disputas por consenso político precisam, necessariamente, considerar o novo ecossistema existencial que Sodr  (2002, 2014) define como “mídiação generalizada” ou *bios virtual*. Tendo em vista que as relações sociais e de poder, os processos de participação política, os regimes de visibilidade e a cognição humana estão imersos neste universo regido pelas tecnologias



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

da comunicação e da informação, torna-se fundamental refletirmos sobre as redes de sociabilidade digitais como espaços públicos virtuais de diálogo e negociações para a organização da hegemonia. É através dos dispositivos digitais que as instituições políticas e as variadas formas de linguagem investem-se de valores e normas que legitimam e outorgam sentidos às mediações contemporâneas e à mobilização das consciências.

Para Sodré (2014), uma vez que as organizações multinacionais financiam o processo de mediação das práticas políticas, as instituições tradicionalmente responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias progressivamente perdem a legitimidade, o Estado tem a sua centralidade como administrador dos bens públicos deslocada (passando a funcionar a partir da lógica de privatização das ferramentas com que se lida com o comum na contemporaneidade) e os sentidos passam a ser organizados por imagens, causando alterações das subjetividades de uma forma ampla. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o fenômeno da mediação vem alterando costumes, crenças, afetos e a própria estruturação das percepções. No entanto, sob o feitiço neoliberal, assumido pela globalização no fim do milênio, exacerbou-se a dimensão imperial do poder, implicando em uma qualificação particular de vida e um novo modo de presença dos sujeitos no mundo.

A mediação é, portanto, uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que já demos o nome de *bios midiático* (ou *bios virtual*) (SODRÉ, 2014, p. 109).

Segundo Carvalho (2017), as pesquisas europeias têm na mediação uma temática cuja relevância se acentua a partir dos anos 1980, por razões inclusive políticas. Dentre os esforços de pesquisadores brasileiros “de dar um matiz à temática que seja mais profícua às especificidades da nossa realidade sociocultural e de configuração das mídias em suas interconexões com as dinâmicas sociais” (CARVALHO, 2017, p. 21), destacamos o pioneirismo de Muniz Sodré e os estudos de pesquisadores da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), dentre eles Antônio Fausto Neto, Gilberto Gomes, Jairo Ferreira e José Luiz Braga.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Ainda de acordo com Carvalho (2017), as perspectivas das mediações e das interações como importantes para a compreensão das dinâmicas das mídias em suas interconexões com o social e o individual podem ser identificadas como comuns aos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores da Unisinos. Analisando as condições históricas de transição da “sociedade dos meios” para “sociedade midiaticizada”, Fausto Neto (2008, p. 90) sugere que a midiaticização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais – tema eleito em reflexões analíticas de autores nas últimas décadas e que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas. Pensando o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e as suas relações com as mudanças socioculturais, Gomes (2016), define como “sociedade em midiaticização” um ambiente que configura para as pessoas um novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual.

Para Braga (2006), a midiaticização aparece como um “processo interacional de referência”, constituindo uma das formas hegemônicas dos processos de troca implicados em qualquer ação interativa: “Assim, dentro da lógica da mediaticização, os processos sociais de interação mediaticizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam” (BRAGA, 2006, p. 11). Já a partir de uma dimensão mais metodológica, Ferreira (2007) apresenta as relações e intersecções entre dispositivos midiáticos, processos sociais e processos de comunicação como um conjunto de relações possíveis de interpretação da mediaticização.

Segundo Sodré (2014, p. 285), a espacialidade configurada como mediaticização é um ponto de partida, mas ainda insuficiente por sua abstração com referência às condições concretas e diferenciadas de vida ou pela ausência de orientação existencial. Pensando a partir dos três *bios* aristotélicos, o pesquisador brasileiro concebe o modo de presença do sujeito contemporâneo no mundo como um quarto *bios*. Nessa forma de existência, “o que na esfera política se experimenta como puro *ethos* é absorvido por todas as técnicas de consenso e controle que confluem para a mídia” (SODRÉ, 2002, p. 44). Da mídia para o público não parte apenas influência normativa, mas principalmente



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social, na qual identidades pessoais, comportamentos e até juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto.

Isto é propriamente o *bios virtual*, uma ambiência magneticamente afetiva, uma recreação tecnoestética do *ethos*, capaz de mobilizar os humores ou estados de espírito dos indivíduos, reorganizando seus focos de interesse e de hábitos, em função de um novo universo menos psiquicamente “interiorizado” e mais temporalmente relacionado ou conectado pelas redes técnicas (SODRÉ, 2014 p. 252).

Embora existam argumentos indicativos de que “estaríamos vivendo uma era de *pós-sociedade civil* ou então de desaparecimento da política em favor da estética” (SODRÉ, 2014, p. 180), a mediação das práticas políticas não necessariamente significa a morte da cidadania: “Esta última pode mudar de constituição e aspecto, mas continua sintetizando o livre-agir político do indivíduo (a participação cidadã) e, assim, expandindo a esfera constitutiva da vida social, que pode até mesmo abrir mão da designação de ‘sociedade civil’” (SODRÉ, 2014, p. 181).

A partir deste contexto, consideramos a análise que Manuel Castells (2013) empreende a respeito dos movimentos sociais no século XXI. Segundo o sociólogo espanhol, “para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar” (CASTELLS, 2013, p. 27), mencionando “redes voltadas para os direitos das mulheres”. É este cenário de mediação das políticas públicas para mulheres que estamos interessados em analisar, a partir da atuação da *chatbot* Beta.

Mediação das Políticas Públicas Para Mulheres

Segundo França (2016), para desenvolver uma pesquisa comunicacional são necessárias uma discussão e uma tomada de posição sobre o que estamos entendendo como comunicação: “É uma determinada concepção de comunicação que organiza nosso olhar sobre um objeto (uma prática) e define as questões que podemos formular sobre ele; que orienta, portanto, nosso processo de conhecimento” (FRANÇA, 2016, p. 157). Considerando que a mediação abarca também estratégias comunicacionais não



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

atravessadas pelos aparatos sociotécnicos, observamos que o fenômeno transcende o paradigma positivista-funcionalista que se limita à análise dos processos de trocas informacionais mediadas por dispositivos tecnológicos. Neste sentido, partimos da perspectiva sodreana (2002, 2014) que compreende a comunicação como um campo epistemológico cujo objeto de estudo não se restringe à mídia, sendo esta apenas um elemento daquilo que de fato deve ser tratado por estes estudos: a organização do comum humano.

Contrastando com tradições e usos correntes – teleológicos, juristas, economicistas e filosóficos – que esvaziam o comum de seu sentido grego originário⁴, Dardot e Laval (2017) identificam no princípio político do comum uma força contrária à racionalidade neoliberal e à lógica da concorrência que têm estruturado as mentalidades e os comportamentos, tanto dos governantes quanto dos governados, especialmente a partir da década de 1980. Os autores franceses falam de “agir comum” para designar o fato de que mulheres e homens se engajam juntos numa tarefa e, agindo desse modo, produzem normas morais e jurídicas que regulam suas ações. É a partir da perspectiva de “reinvindicação do comum” que pensamos as políticas públicas para mulheres como objetos comunicacionais, ou seja, possibilidades de “pôr em comum” palavras e pensamentos para a produção de regras de vida que se aplicam àquelas e àqueles que lutam por um mesmo fim.

As “políticas públicas” são um dos instrumentos de reprogramação de organizações políticas. De forma simplificada, o termo é utilizado para referenciar ações governamentais para manutenção ou obtenção de direitos fundamentais, com reforço do exercício da cidadania pela população. Especificamente no caso do feminismo – quando entendido na sua concepção primária de adquirir, prover e resguardar direitos humanos para as mulheres – as políticas públicas no Brasil voltadas para este segmento orientam-se pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Com base no relatório da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2016, p. 37), “os novos

⁴ De acordo com a concepção aristotélica, são os cidadãos que deliberam em comum para determinar o que convém à cidade e o que é justo fazer. Neste sentido, a instituição do comum (*koinón*) é fruto de um “pôr em comum” (*koinónein*) que pressupõe sempre reciprocidade entre os que participam de uma atividade ou compartilham um modo de vida. Cf.: DARDOT; LAVAL, 2017, p. 25-26.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

movimentos feministas se pautam no mundo real para criar ferramentas virtuais de enfrentamento à violência (...) ajudando a formar uma onda de resistência e solidariedade”.

Recentemente publicado pela FGV, o estudo “Nem tão #simples assim: o desafio de monitorar políticas públicas nas redes sociais” (2017) traça um panorama do tema e apresenta as particularidades de seu acompanhamento *online*:

A internet e as redes sociais representam profunda mudança na forma como os indivíduos se relacionam no início do século XXI. Esses novos paradigmas de conectividade e interatividade, que afetaram as relações sociais, também abriram grande espaço para a interação entre as pessoas e o Estado, assim como reduziram custos de ação coletiva para movimentos sociais (2017, RUEDIGER, p. 6).

Esta definição supracitada é relevante para salientarmos que a *internet*, e demais ferramentas de comunicação e informação, permitem a ampliação de vozes já existentes no contexto sociocultural nos ambientes de sociabilidade digital, auxiliando na expansão de um determinado tema. É este o entendimento que está sendo aplicado neste artigo para tratarmos da mediação de políticas públicas para mulheres:

As novas tecnologias de informação e comunicação têm potencial, portanto, para afetar as políticas públicas em diferentes momentos e sob diferentes posições teóricas. Elas podem afetar a discussão sobre os problemas que demandam a ação do Estado e alterar o ciclo clássico de políticas públicas, permitindo verificar percepções sobre externalidades negativas e positivas da ação estatal de forma mais imediata (RUEDIGER, 2017, p. 6).

É neste cenário que pode ser inserido o surgimento da *chatbot* Beta, dentro de um contexto da “Primavera das Mulheres”, conforme mencionado por GRILLO (2015), em que coletivos feministas organizaram *online* marchas públicas por diversas cidades para atuar contra projetos de lei e declarações de políticos brasileiros contra a figura feminina. Esta “primavera” e seus desdobramentos – em especial com as *hashtags* de denúncias de crimes contra mulheres – repercutiram na mídia como uma possibilidade de atuação política para modificação na sociedade.

O termo “Primavera das Mulheres” segue uma linha de nomenclaturas utilizadas para caracterizar períodos de mobilização contra ações governamentais na segunda década do século XXI, que tiveram sua potencialização por causa da *internet*. O alcance



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

das redes digitais permitiu que a ocupação das ruas fosse combinada a partir de ação de encontros virtuais, que continuaram após o seu término. Particularmente no Brasil, diversas ONGs feministas se destacaram ao incentivar campanhas contra o assédio nas ruas e demais violências contra mulheres, e é também nesse contexto social que se expande o escopo de atuação da ONG Nossas⁵, que lançou a *chatbot* Beta.

A “Robô Feminista” Beta

Desde agosto de 2017, está ativada a “robô feminista” Beta. Trata-se de uma inteligência artificial brasileira criada pela ONG Nossas que monitora em tempo real pautas políticas que possam infringir direitos femininos e notifica usuárias (e usuários) sobre ações coletivas que podem ser tomadas *online*. Em formato de conversa pelo Messenger (*app* inserido dentro do “inbox” da rede social Facebook⁶), a Beta (palavra que, no campo da programação, significa “versão de teste”) informa, dentre outros temas de interesse público, quais projetos de lei sobre as mulheres estão tramitando no Congresso Nacional do Brasil.

Criada em 2011, a ONG Nossas se apresenta em seu *site* como um “laboratório de ativismo”, um ambiente em que se criam “novas formas das pessoas influenciarem e ressignificarem a política”, tendo iniciado sua atuação no Rio de Janeiro e sido estendida sequencialmente em São Paulo. Em 2014, após as Jornadas de Junho de 2013, a instituição expandiu seu escopo de atuação para outros estados, com o Programa de Fundadores Nossas Cidades, cujo objetivo principal era “fundar redes de mobilização local”. A relação do uso das redes sociais para acompanhamento de políticas públicas faz parte da fundação da ONG, que trata desde seu início de temáticas como violências nas cidades – o que culminou em 2017 com o lançamento da *chatbot* Beta, que monitora

⁵ Maiores informações sobre a ONG Nossas podem ser encontradas no site institucional: www.nossas.org ou na página do Facebook: <https://goo.gl/cCP7Tx>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

⁶ No Brasil, a rede social Facebook é a mais utilizada, figurando em 1º lugar no ranking de uso diário (cerca de 4 horas). Em 6ª posição, aparece o Facebook Messenger, ferramenta da mesma rede social que funciona como um aplicativo de mensagens instantâneas e pode ser acessada de duas formas: dentro do Facebook (apenas na versão *desktop*) e como *app* separado (na versão *mobile*), sendo mais usada em celulares. Cf.: CUSTÓDIO, Mônica. **Conheça as 10 redes sociais mais usadas no Brasil**. In: *Blog de Marketing Digital de Resultados*, 19 de novembro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JEucqV>. Acesso em: 31 de janeiro de 2018



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

projetos de lei brasileiros com características de misoginia. Este tipo de posicionamento faz com que a ONG Nossas tenha seus projetos, assim como a Beta, considerados um exemplo expoente de “tecnologia cívica” – focada em usos da tecnologia para engajamento de participação cidadã via meios digitais –, o que repercutiu inclusive em premiação no evento BBA2017⁷.

Ainda que as mulheres tenham tido posição de destaque no surgimento do campo da Computação (MATSUURA, 2015), cabe ressaltar que é passível de crítica o fato de que a maioria dos assistentes digitais em formato de inteligência artificial serem tratadas como perfis femininos em função de meros auxiliares⁸. No caso da Beta, esta relação está sendo subvertida e retomada ao seu entendimento original. Em seu *site*, a Beta apresenta seu “Código Feminista⁹”, e justifica a sua ação como uma “ferramenta de mobilização *online*”, que auxilia na re-potencialização do protagonismo feminino no campo da programação, sendo uma agente que atua na tentativa de tomar o controle da conversa sobre os temas por ela mapeados.

Ao iniciar o *chat* com as interessadas que curtiram sua página no Facebook, Beta também esclarece que, com um clique, uma mensagem de repúdio legalmente embasada será enviada sistemicamente por e-mail aos representantes e demais integrantes do poder público, como forma de pressioná-los a rever ou cancelar suas propostas, ampliando o alcance de vozes de coletivos feministas e de falas individuais, ou seja, de pessoas que não estão engajadas em nenhum grupo organizado. Outros temas políticos que possam interessar às mulheres também são tratados, gerando uma convocação para atitudes cidadãs.

⁷ O reconhecimento do protagonismo da Beta neste cenário de mediação de políticas públicas vem tanto de seus pares (como outras ONGs), quanto de premiações específicas sobre o uso de inteligências artificiais na produção de conteúdos, como o *Bots Brasil Awards 2017*, em que a Beta foi a vencedora na categoria Mídia. Disponível em: <https://goo.gl/VKPVPh> e <https://goo.gl/Fu36Ty>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.

⁸ Para o contraponto do uso de características femininas em robôs que trabalham em cargos ou funções de apoio, indica-se o vídeo **Why are digital assistants female?**. Disponível em: <https://goo.gl/xpVRTc>. Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

⁹ A Beta destaca três mulheres que possuem influência no campo da programação e serviram de inspiração para sua criação: Ada Lovelace, Katherine Johnson e Clarisse de Souza, esta última brasileira e pesquisadora premiada da área de Ciência da Computação, com estudos sobre Interação Humano-Computador (IHC). Disponível em: <https://www.beta.org.br/#block-5618>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Em nossa proposta metodológica, além de descrevermos a concepção, desenvolvimento e funcionamento da Beta, mapeamos a atuação desta *chatbot* no que diz respeito ao monitoramento de suas postagens no Facebook. Estão sendo analisadas as publicações da Beta em 2017, compreendidas entre a primeira (28/08) e a última do mesmo ano (30/12), que fazem menção à atuação da ferramenta no acompanhamento de instrumentos legais que podem interferir nos direitos das mulheres. Estes itens postados pela Beta no Facebook integram também o “Radar da Beta” (Figura 2), e ficam em sessão de destaque no seu *site*.

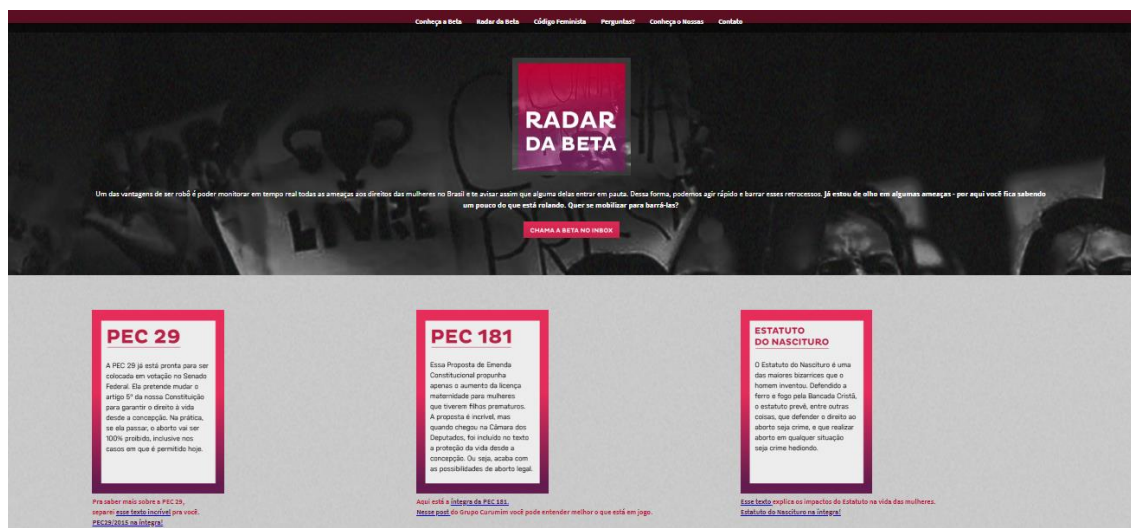


Figura 2: Destaque do “Radar da Beta” – **Fonte:** Reprodução do site da Beta
Figure 2: Highlight of the “Beta’s Radar” – **Source:** Reproduction of the Beta’s website

Do total de postagens feitas pela robô feminista em seu perfil durante o período mencionado, cerca de 45% são destes temas que possuem efeito legal – sendo 75% delas sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181 e 20% sobre Rebeca Mendes, paulistana de 30 anos, grávida, que enviou carta ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo autorização para realizar um aborto. O cidadão brasileira foi considerada pela Beta a personificação da campanha contra a PEC 181, por meio da *hashtag* #PelaVidaDeRebeca.

Duas das PECs acompanhadas pela Beta – a PEC 29 e a supracitada PEC 181 – retirariam direitos já adquiridos pelas mulheres (como a interrupção da gestação em estupro, por exemplo, devido à proteção “da inviolabilidade do direito à vida, desde



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

a concepção”), assim como o Estatuto do Nascituro (PL 478). Por ter sido iniciada como uma proposta bem recebida por movimentos feministas (ampliação da licença maternidade para mães de bebês prematuros) e posteriormente ter incluído uma alteração na redação que proíbe aborto legal, a PEC 181 foi apelidada por estes mesmos grupos de “Cavalo de Tróia das Mulheres”, por alusão ao ser um “presente” com um ardil. É neste tipo de monitoramento que a Beta age, com foco na conscientização do temas e pressão por modificação.

De acordo com dados do IBOPE de 2015, no Brasil, a maior parte de internautas é formada por mulheres (53%), o que serve como um indicativo para a alta de pesquisas por termos relacionados ao universo político do feminino em buscadores como o Google. Diniz (2016) reitera esse argumento, sugerindo que o aumento de interesse sobre a temática também reflete a ampliação do espaço ocupado por feministas nas redes sociais. A atuação da “robô feminista” Beta demonstra possibilidades de articulação comunicativa como táticas sociais de interações feministas, por meio de novas práticas ativistas de mobilização em uma sociedade midiaticizada, também denominadas de “ciberativismo”, como pode ser observado em seus *chats* via Messenger (Figura 3):

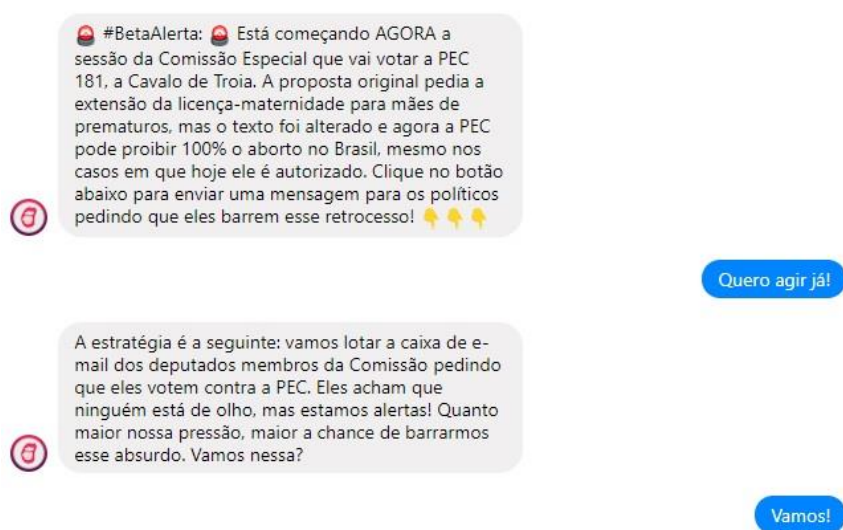


Figura 3: Destaque do “Radar da Beta”

Fonte: Reprodução de mensagens trocadas com a Beta via *inbox* em 30/12/2017

Figure 3: Highlight of the “Beta’s Radar”

Source: Reproduction of messages exchanged with Beta via *inbox* on 12/30/2017



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Cabe salientar que este contexto de emergência da Beta está diretamente relacionado ao novo feminismo que se apresenta, configura e reconfigura pelas redes sociais, sendo exercido em novos espaços de sociabilidade digital:

‘Quarta onda do feminismo’, ‘novo feminismo’, ‘feminismo em rede’; em suma, inúmeras maneiras de se batizar um fenômeno de múltiplos feminismos que em suas essências se dão, indubitavelmente e ineditamente, por meio da mídia e suas mediações (VIEGAS; et al [Org.]. 2016, p. 13).

Contemporaneamente, as redes sociais auxiliam na potencialização de vozes do feminismo, com aproximação de grupos e interações entre eles, e podendo utilizar ferramentas e instrumentos que permitam uma ação política diferenciada – como os *chatbots*. Este impulso gerado pelas ferramentas digitais possibilita a atuação do ciberativismo neste cenário, e tem sido utilizado por ONGs como a Nossas para uma maior amplitude de vozes em prol das mulheres no ambiente *online* (Figura 4).

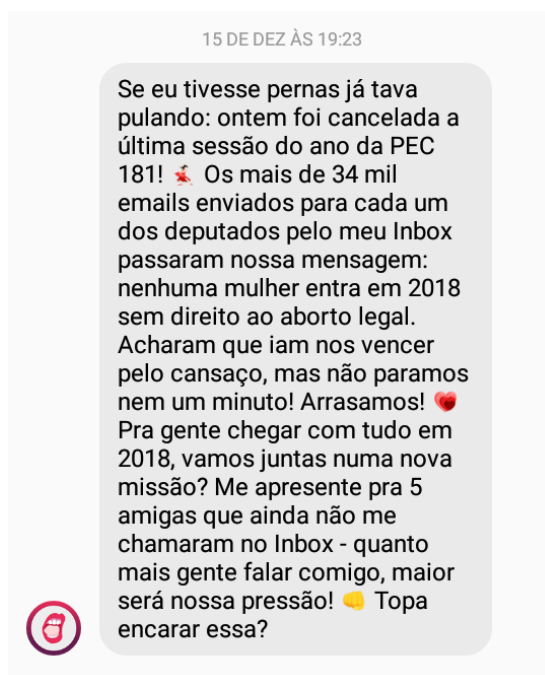


Figura 4: Postagem da Beta em 15 de dezembro de 2017 – **Fonte:** Página da Beta no Facebook
Figure 4: Beta's post in december 15th, 2017 – **Source:** Beta's page on Facebook



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

No entanto, é necessário fazer algumas ressalvas sobre o objeto de estudo deste artigo: pelo fato de ter sido lançada há menos de um ano, ainda não foram revelados dados concretos acerca da efetividade da atuação da Beta. Ainda assim, sua criação e sua divulgação já abriram espaço para a publicização de outras *chatbots* feministas do Brasil, como a Eva¹⁰.

Em um cenário em que *chatbots* representam cerca de 20% de mensagens sobre debates políticos do país em redes sociais como o Twitter, conforme estudo da FGV denominado “Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil”, podendo ter influência direta nos resultados eleitorais (RUEDIGER, 2017), cabe situar a atuação da Beta a partir da fala de Mariana Ribeiro, diretora de projetos da ONG Nossas, em entrevista à Rosa (2017), que sintetiza um dos motivos pelo qual a ferramenta foi elaborada: “Por que não fazer um anti-robô? Um robô que potencializasse pautas de proteção aos direitos humanos de forma mais ampla?”. Neste sentido, portanto, podemos inferir preliminarmente, que a Beta proporciona um incipiente auxílio na ocupação do espaço público com ações que interferem no campo político, reforçando o processo de mediação de políticas públicas.

Considerações finais

A atuação da *chatbot* Beta demonstra possibilidades de articulação comunicativa como táticas sociais de interação, por meio de novas práticas ativistas de mobilização na *internet*. Este contexto está diretamente relacionado ao feminismo de quarta onda, em que os coletivos ciberativistas tomam para si uma função social organizadora e dialógica, demandando *online* a adequação do discurso e de práticas do poder público. Mais especificamente, as ações de convergência de mídias *online* proporcionam uma ampliação da voz de minorias representativas, tendo uma multiplicidade de ferramentas disponíveis para que as usuárias optem por aquelas que melhor se adequem à distribuição de suas mensagens.

¹⁰ *Chatbot* focada em explicar termos feministas. Disponível em: <https://goo.gl/KA9JCp>. Acesso em 30 dez 2017.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Isto influencia no fato de a Beta agir via Facebook, a rede social mais usada por brasileiros. Quando a Beta se utiliza do Facebook Messenger para estabelecer contato e deixar uma mensagem, ela está assumindo o fluxo da conversação, e exercendo um determinado protagonismo no monitoramento de projetos em trâmite no Congresso brasileiro, em sua disseminação e na geração de conhecimento e engajamento de suas usuárias na atuação contra pautas consideradas misóginas.

No entanto, não é possível ainda afirmar se e de que formas a Beta tem proporcionado maior visibilidade à luta feminista no Brasil. Além de recente, o *app* está associado a uma ONG, o que pode gerar algum tipo de viés na forma com que seu conteúdo é produzido e disseminado. Sua página possui alcance pouco significativo numericamente dentro do universo político nacional (com seu quantitativo baixo de curtidas no Facebook), e enfrenta com isso alguns limites no deslocamento da mediação política entre redes sociais e ambientes públicos.

Adicionalmente, podem ser feitas críticas quanto ao entendimento de que uma *chatbot* seria efetivamente uma interface conversacional capaz de guiar este diálogo político. Por suas particularidades técnicas enquanto *app*, as perguntas e respostas feitas pela Beta são especificadas por comandos de *script* que limitam sua atuação, fazendo com que a “conversa” esteja sempre vinculada a um roteiro pré-estabelecido. Entretanto, cabe também ressaltar que as pautas tratadas pela *chatbot* Beta são efetivamente do âmbito do sujeito mulher, e tem na robô feminista uma função crítica e de destaque ao monitorar instrumentos que legislam sobre questões femininas.

Por fim, ressaltamos que, neste artigo, as políticas públicas para mulheres estão sendo tratadas como “objetos comunicacionais”, que, portanto, precisariam de um vínculo maior ao comum humano, e de menor mediação via inteligência artificial. Em um contexto de mediação da sociedade civil, é fundamental pensarmos se a Beta é apenas uma ferramenta de apoio ou se ela pode ser um instrumento principal no exercício da cidadania.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Referências

4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM) – Brasília, 10 a 13 de maio de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/tPkMA1>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como Processo Interacional de Referência**. In: *ANIMUS – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Universidade Federal de Santa Maria, v. V, n. 2, julho-dezembro de 2006, p. 9-35.

BRASIL. **Legados da 4ª Conferência de Políticas para as Mulheres em Imagens** (2016). Disponível em: <https://goo.gl/irVHZ3>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Mediatização: Investigações Brasileiras e Europeias e o Midiacentrismo*. In: CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Mediatização e Textualidades: Dimensões Teóricas e Aplicações Empíricas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político**. RJ: Editora Campus, 1989.

_____. (Org.) **O Leitor de Gramsci: Escritos Escolhidos (1916-1935)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DINIZ, Maiana. **Com Internet, Feminismo está em Alta entre as Jovens, Diz Especialista**. In: *EBC – Agência Brasil*, 08 de março de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/1hgAEv>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Pierre. **Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Jairo. **Mediatização: Dispositivos, Processos Sociais e de Comunicação**. In: *E-Compós*, v. 10, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga. *O Objeto e a Pesquisa em Comunicação: uma Abordagem Relacional*. In: MOURA, Cláudia; VASSALO de LOPES, Maria Immacolata (Org.). **Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

GABBAY; Marcelo; PAIVA, Raquel. **Uma Nova Cidade Humana: Cidadania e Comunicação Contra a Barbárie**. In: *XXVI Encontro Anual da COMPÓS*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/yZ5oAv>. Acesso em: 17 de março de 2018.

GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização: um Conceito, Múltiplas Vozes**. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

GRILLO, Cristina; et al. **A Primavera das Mulheres: uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade**. Publicada em 07/11/2015. Atualizada em 22/12/2015. Disponível em: <https://goo.gl/Nxf6Vn>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

IBOPE, 13 de fevereiro de 2015. **No Brasil, Mulheres são 53% dos Internautas**. Disponível em: <https://goo.gl/JP32DZ>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Midiatização: a Vivência do Conceito**. In: CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Midiatização e Textualidades: Dimensões Teóricas e Aplicações Empíricas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

MATSUURA, Sérgio. **Hoje minoria na indústria de tecnologia, mulheres foram fundamentais na gênese da computação**. In: *O Globo*, 14 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://goo.gl/j1QouX>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.

NETO, Fausto Antonio. **Fragmentos de uma “Analítica” da Midiatização**. In: *Matrizes*, n. 2, abril de 2008, p. 89-105.

ROSA, Ana Beatriz. **Como um robô quer pautar a discussão sobre direitos das mulheres e feminismo na internet**. In: *HuffPost Brasil*, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/N4Rorq>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.

RUEDIGER, Marco (Coord.). **Nem tão #simples assim: o Desafio de Monitorar Políticas Públicas nas Redes Sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): FGV, DAPP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/xfFDFf>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

_____. **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, DAPP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/AbnQAz>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2018.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria Linear e em Rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **A Ciência do Comum: Notas para o Método Comunicacional**. RJ: Vozes, 2014.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

VIEGAS, Daniela; GAZIRE, Marina; REIS, Roberto Alves; e BARBOSA, Sílvia. Michelle A. Bastos (Org.). **Mulheres que Comunicam: Mediações, Sociedade e Feminismos**. Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2016.